timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO XIII PREÇO AVULSO: 100$00 Nº 136 MAIO 1997

CDH CONDENA INDONÉSIA

A recusa do regime indonésio em negociar uma Declaração por Consenso e a sua obstinação em não aplicar o acordado em declarações anteriores, levaram-no à derrota na Comissão dos Direitos Humanos

Decorreu em Genebra, entre 10 de Março e 18 de Abril, a 53ª sessão da Comissão dos Direitos Humanos (CDH) das Nações Unidas.

Não era claro, de início, se haveria uma proposta de Resolução a ser submetida a votação ou se se chegaria, à semelhança dos três últimos anos, a uma Declaração por Consenso a ser lida pelo presidente da sessão.

A diplomacia portuguesa apostava na primeira destas possibilidades mas não se tinha a certeza sobre qual o apoio que ela receberia dos nossos parceiros na UE, tanto mais que estando a Holanda - tradicional aliada do regime de Jacarta - a presidir à União isso não facilitaria as negociações.

A incapacidade dos países da União Europeia em adoptar uma posição comum na questão da violação dos direitos humanos na China, fez recear que essa incapacidade se generalizasse às outras questões onde essa posição comum era decisiva para afirmar, e fazer vingar, uma posição internacional inequívoca nestas matérias.

RELATÓRIO CRÍTICO

O Secretário Geral apresentou à Comissão o seu relatório anual sobre a situação em Timor Leste, assaz crítico, onde passa em revista as diligências por ele efectuadas para se «*encontrar uma solução justa, global e internacionalmente aceitável para o problema de Timor Leste*».

Nele descrimina ainda as acções e a informação recolhida pelos Relatores Especiais sobre a tortura e sobre as execuções extra-judiciais, sumárias e arbitrárias, e pelos Grupos de Trabalho sobre as detenções arbitrárias e sobre os desaparecimentos forçados.

O Secretário Geral salienta o facto de o Relator Especial para a tortura ter incluído no seu relatório informação recolhida em Lisboa junto de refugiados timorenses, aquando de uma visita a esta cidade a convite das autoridades portuguesas, convite este que foi aceite «*em parte devido ao facto de o Governo da Indonésia ter recusado (pelo menos até à primavera de 97) o seu pedido para visitar a Indonésia e Timor Leste*».

Quanto aos desaparecidos, o SG lembra que o respectivo Grupo de Trabalho tem uma lista com 378 nomes cuja situação ainda não foi clarificada pelas autoridades de Jacarta.

O relatório é acompanhado de três anexos: informação entregue pelo Governo indonésio (entre a qual figuram "pérolas" como as declarações de Abílio Araújo insurgindo-se contra a atribuição do Prémio Nobel a Ramos-Horta); informação entregue pelo Governo português (um excelente *dossier*, quer do ponto de vista temático, quer das fontes citadas); e informação entregue por ONG, entre as quais é referida a CDPM.

RESISTÊNCIA APRESENTA PROVAS FOTOGRÁFICAS

A Resistência timorense, como se esperava, esteve presente tendo dois refugiados, actualmente vivendo em Lisboa, exposto perante o plenário as suas experiências de vida sob domínio colonial indonésio.

E o seu representante especial, Ramos-Horta, passou igualmente por Genebra nos primeiros dias da sessão onde apresentou testemunhos das práticas de violação dos direitos humanos pelo exército indonésio em Timor Leste, dos quais os que tiveram maior impacto, junto dos jornalistas e de membros das delegações que assistiram à apresentação, foram as fotografias, tiradas pelos próprios militares indonésios, de sessões de tortura de jovens presos timorenses.

Na sua intervenção perante a Comissão, lida por uma timorense em seu nome, o co-laureado Prémio Nobel da Paz de 1996 lembrou que «*as raízes da violação dos direitos humanos*

neste número:

JACARTA CONDENADA NA CDH

INDONÉSIA: "FESTIVAL" ELEITORAL

em Timor Leste é a recusa do direito à autodeterminação» e que continua a persistir no território *«um padrão de violação brutal e sistemática dos direitos humanos»*.

Passando em revista a luta dos povos da Ásia pela liberdade e democracia, Ramos-Horta conclui que o respeito pelos direitos humanos também é um valor asiático.

CARRASCO EM POSE DE VÍTIMA

O embaixador Agus Tarmidzi da Indonésia defendeu "a sua dama" começando por relembrar que *«a experiência passada tem mostrado que, infelizmente, a retórica tem prevalecido sobre o diálogo genuíno»*.

Depois de agitar a bandeira dos países desenvolvidos impondo normas e condutas aos países em vias de desenvolvimento, que sofreram a colonização daqueles, o embaixador rematou: *«devemos empenhar-nos mais para compreender e implantar os direitos humanos de acordo com o estádio de desenvolvimento político, económico e social de cada país. Em última análise, devemos ter presente que (...) devem ser eles* [os países em vias de desenvolvimento] *a determinar o seu futuro.»*

Passando em revista os conteúdos e as votações das Assembleias Gerais da ONU entre 1975 e 1982, com um crescente número de governos a votar a favor das posições de Jacarta, o embaixador concluiu: *«isto demonstra, na verdade, o crescente reconhecimento internacional da correcção e legitimidade da decisão do povo de Timor Leste em exercer o seu direito à autodeterminação e independência através da sua integração na Indonésia, o que estava em total conformidade com a Resolução 1541 (XV) da AG das Nações Unidas.»*.

O embaixador dedicou várias páginas da sua intervenção a "desmontar as mentiras" propagandeadas por *«Ramos Horta e o seu grupo»*, sem hesitar em recorrer a argumentos estafados: *«No decurso dos protestos na embaixada austríaca em Jacarta, o embaixador Marker recebeu três estudantes timorenses que lhe entregaram uma petição. Mais tarde, num encontro com membros da Comissão Nacional dos Direitos Humanos em 26 de Março, em Jacarta, o embaixador Marker expressou a sua surpresa pelo facto de a petição estar escrita num excelente inglês - uma coisa que ele não esperava da parte de simples estudantes timorenses. Isto leva-nos a suspeitar que as mãos invisíveis que estão por detrás deste episódio são também as que o organizaram.»*

O embaixador terminou reiterando que *«embora o alvo desta campanha lançada pelos nossos detractores nesta sessão seja a Indonésia, a primeira e verdadeira vítima é a verdade. (...). A segunda vítima é obviamente o nosso empenhamento comum pois que, adoptando uma tal campanha de grosseira difamação, abandonaram* [Portugal e os que o apoiam] *de facto o nobre objectivo de promover e proteger os direitos humanos dos povos.»*

RESOLUÇÃO: «PROFUNDA PREOCUPAÇÃO»

Na Resolução apresentada, subscrita por todos os países da União Europeia e mais 7 (três africanos, três europeus e um da América do Norte), a CDH manifesta *«a sua profunda preocupação»* pelos continuados relatos *«de violações dos direitos humanos em Timor Leste»* e pela falta de empenhamento das autoridades indonésias em respeitar os compromissos *«acordados por consenso nas anteriores sessões da Comissão»*.

A CDH manifesta-se também profundamente preocupada por o governo da Indonésia não ter *«ainda convidado Relatores temáticos e Grupos de Trabalho da Comissão a visitarem»* o território, apesar de se ter comprometido a fazê-lo em 1997, e *«pela política de migração sistemática de pessoas para Timor Leste.»*

A Resolução *«apela ao Governo da Indonésia»* para que sejam imediatamente libertados todos os presos políticos timorenses, para que seja convidado a visitar o território *«em particular o Relator Especial para a tortura»* e para que seja facilitado o *«acesso a Timor Leste às organizações de direitos Humanos»*.

Apela ainda para que seja dado andamento à creditação de um funcionário do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos em Jacarta, com livre acesso a Timor Leste.

VOTAÇÃO: RAZÕES PARA UMA DERROTA

A Resolução foi aprovada por 20 votos a favor, 14 contra e 18 abstenções. A Ucrânia ausentou-se da sala no momento da votação.

Votaram favoravelmente os quatro países de língua oficial portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde e Moçambique), quatro latino-americanos (El Salvador, Equador, República Dominicana e Uruguai), dois americanos do norte (EUA e Canadá) e dez europeus (Alemanha, Áustria, Bulgária, Dinamarca, França, Irlanda, Itália, Holanda, Reino Unido e República Checa).

Contra, votaram um país latino-americano (Cuba), três africanos (Egipto, Madagáscar e Zimbabué) e dez asiáticos (Bangladesh, Butão, China, Filipinas, Índia, Indonésia, Malásia, Nepal, Paquistão e Sri Lanka).

Abstiveram-se a África do Sul, a Argélia, a Argentina, Bielorússia, o Benin, o Chile, a Colômbia, a Etiópia, o Gabão, a Guiné-Conacri, o Japão, o Mali, o México, a Nicarágua, a República da Coreia, a Rússia, o Uganda e o Zaire.

Na opinião dos analistas presentes vários factores concorreram para esta derrota do regime indonésio. Entre eles salientam o impacto que a atribuição do prêmio Nobel teve nas delegações que compõem a CDH, a força das provas apresentadas das atrocidades cometidas pelas autoridades de Jacarta em Timor Leste, o claro falhanço do regime em implantar no território as medidas a que se tinha comprometido nos anos anteriores (1994, 1995 e 1996) e ainda o facto de a missão indonésia estar subordinada a instruções para não negociar qualquer Declaração por Consenso, o que não deixou qualquer alternativa aos países da UE senão apresentar uma Resolução para votação.

AMEAÇAS

Embora, provavelmente, já esperasse este desfecho, o governo indonésio reagiu lançando sombras sobre o futuro das negociações que mantém com Portugal, sob os auspícios do Secretário Geral.

A Resolução, diz em comunicado o Ministério dos Negócios Estrangeiros indonésio, *«terá inevitavelmente um impacto negativo nos actuais esforços do SG da ONU para recomeçar o diálogo tripartido sobre Timor Leste»* (*Jakarta Post*, 22/4/97).

De acordo com um analista político local citado pelo *JP*, a Resolução foi *«prejudicial para a diplomacia da Indonésia»*.

O próprio embaixador indonésio, em declarações transmitidas pela RTP, reconheceu que o resultado da votação era uma derrota para o seu governo que enfraqueceria a posição deste na próxima ronda negocial.

ELEIÇÕES: O "FESTIVAL" CONTINUA

No próximo dia 29 de Maio vão ter lugar na Indonésia as eleições para o parlamento. "Festival da democracia", chama-lhes o regime

De cinco em cinco anos têm lugar na Indonésia as eleições para o parlamento, um acto de representação política que não visa corrigir ou mudar, mas apenas legitimar. Tem sido assim desde que há 20 anos se institucionalizou este sistema. Mas hoje, face às alterações por que tem passado a sociedade indonésia, este modelo de legitimação política começa a dar mostras de esgotamento.

PARA ACABAR COM A POLÍTICA

No período imediato à sua independência, a Indonésia tinha uma vida política onde, embora num quadro de "democracia orientada", prevaleciam as regras básicas de liberdade de expressão e associação, com dezenas de organizações políticas e cívicas a participarem no debate da construção de uma sociedade pós-colonial (às primeiras eleições parlamentares, realizadas em 1955, concorreram 28 partidos!).

Em Outubro de 1965 este período chegou ao fim. A pretexto de que os comunistas tinham lançado um golpe para tomar o poder, os militares, com Suharto à cabeça, lançaram uma sangrenta limpeza política da sociedade indonésia, que não só varreu o *PKI* (Partido Comunista Indonésio) e os seus apoiantes, como serviu de pretexto a uma limpeza étnica que atingiu fundamentalmente a comunidade de origem chinesa.

Do golpe nasceu a "Ordem Nova". As liberdades de expressão e associação passaram a ser meras formalidades constitucionais. Em 1971 realizaram-se as primeiras eleições pós-golpe e as segundas pós-independência. O *Golkar*, uma vasta associação de grupos anti-comunistas organizada pelos militares e cuja missão era *«empenhar-se na política para acabar com a política»* (citado no Manual do Exército dos EUA sobre a Indonésia, 8/3/94), obteve uma vitória esmagadora. Em 1973 e 1975 o sistema de partidos políticos foi reestruturado, ficando reduzido a três - o *Golkar*, o *PPP* e o *PDI* - todos subscrevendo a ideologia oficial do Estado indonésio - o *Pancasila* - e todos sujeitos a regras limitativas de acção que os impedem, por exemplo, de escolher livremente os seus dirigentes. Como escrevia o *U.S. Department of the Army* no já citado Manual, *«a democracia do Pancasila reteve as formas da democracia representativa»*, mas *«do ponto de vista do governo, os partidos políticos não eram considerados elementos vitais num processo político crítico contínuo mas estruturas que funcionariam episodicamente de cinco em cinco anos em "Festivais da Democracia" concebidos para promover a legitimidade do governo. (...). A continuação da existência dos partidos políticos e das eleições contribuiu para a reputação internacional do regime, particularmente depois do doloroso trauma do seu violento nascimento.»*

Não admira assim que, desde que este quadro se institucionalizou, isto é, desde 1977, o *Golkar* tenha sempre vencido as eleições com esmagadora maioria. O partido do poder transformou-se no partido no poder.

QUE FAZER?

Do ponto de vista político, a expulsão de Megawati Sukarnoputri da direcção do *PDI* e a consequente ocupação da sede deste partido por forças militarizadas que provocaram os mais violentos confrontos de rua dos últimos 20 anos em Jacarta, foi o facto mais marcante de 1997.

O regime, desde então, endureceu as suas posições: proibição de manifestações ou concentrações durante a campanha eleitoral, necessidade de autorização prévia para reuniões ou encontros, necessidade de submeter a censura prévia os textos das intervenções e para as campanhas na rádio e TV, assim como os comunicados e os panfletos a serem distribuídos. Nos debates públicos, obrigação de utilizar um "mediador" a fim de *«evitar perguntas de "todo o tipo"»* (*Kompas*, 6/2/97).

Que fazer, então? Apelar ao boicote pode dar até quatro anos de prisão. As duas únicas formas do eleitorado mostrar a sua insatisfação é não votando ou anulando o voto. Mas a primeira é demasiado perigosa numa sociedade totalitária como a Indonésia. É por isso que sectores da oposição têm vindo a discutir a possibilidade de recorrer à segunda destas formas. O problema é que estes votos não constarão das listas oficiais, sendo apenas conhecidos do Ministério da Administração Interna, o que tira todo o impacto a este apelo (*Far Eastern Economic Review* 2/2/97).

TIMOR LESTE: «ILEGÍTIMAS E SEM VALOR»

O regime indonésio organizou as suas primeiras eleições no território em 1982. Para ele é um argumento importante a utilizar nos areópagos internacionais a favor da sua tese de que o povo timorense já está perfeitamente integrado. A encabeçar as listas do *Golkar* em Timor põem os Ministros dos Negócios Estrangeiros. Primeiro Mochtar, agora Alatas.

A importância política deste acto não é de subestimar, pois em 87 houve a tentação portuguesa de o utilizar - e já depois disso se voltou a falar nessa possibilidade - para avaliar dos sentimentos dos timorenses relativamente à independência. Significativamente, 22 correspondentes estrangeiros de órgãos como a *AFP*, o *Sydney Morning Herald*, a *FEER*, e as cadeias de televisão *CNN*, *Reuter TV*, *TV Nippon*, *NHK* e *Mainichi Shimbun*, estas três últimas do Japão, requereram autorização para cobrir o dia 29 em Timor Leste.

Para a Resistência as eleições indonésias são vistas em termos de continuidade da luta. Para preservar a organização clandestina, não hesita em aconselhar ao voto no *Golkar* ou a participar nas campanhas *Golkar*. Para o CNRM estas eleições são *«ilegítimas e sem valor»*.

INDONÉSIA: FARDAS PARA A NATO

A empresa têxtil indonésia PT SRITEX ganhou um contrato, de 10,87 milhões de dólares, para fabricar meio milhão de uniformes militares para a NATO (*Jakarta Post*, 4/3/97).

Aos jornalistas, o presidente da referida empresa disse que, numa primira fase, o fardamento fabricado pela PT SRITEX irá equipar o exército alemão. "*Depois deste, esperamos obter contratos de outros países membros da NATO*". Afirmou ainda que levou 2 anos a ganhar esta encomenda tendo, no tempo de permeio, sido executadas várias inspecções por parte das autoridades alemães às instalações fabris.

Três contentores carregados com uniformes terão já sido embarcados com destino à Alemanha. Das notícias vindas a público não é claro se estes equipamentos militares poderão, por via de compromissos assumidos pelo nosso país para com a NATO, vir a ser usados pelo exército português.

A PT SRITEX foi a primeira empresa indonésia a beneficiar da colaboração entre a Associação de Amizade Indonésia-Portugal, liderada pela filha de Suharto, Mbak Tutut, e a associação homóloga em Portugal, liderada por Manuel Macedo. Assim, a 14 de Fevereiro de 1994, um primeiro carregamento de 15 toneladas de algodão, proveniente da SRITEX, foi desembarcado no porto de Leixões com destino à unidade têxtil que Macedo detém em Ermesinde (citado em *In the shadow of Mount Ramelau*, G. J. Aditjondro, 1994).

Esta encomenda, que atraiu as atenções da comunicação social portuguesa, veio contrariar os apelos do governo português aos empresários nacionais para não comprarem produtos indonésios.

Na Indonésia, esta fábrica tem sido alvo de denúncias de irregularidades, nomeadamente ligadas ao desvio de créditos bancários, facto denunciado pelo ex-deputado Sri Bintang Pamungkas, e pelo não cumprimento de disposições laborais relativamente à segurança dos trabalhadores.

REINO UNIDO: CURSO CANCELADO

De acordo com a TAPOL, um curso especial para oficiais do exército indonésio, planeado pelo Centro de Estudos de Defesa (CDS) do *Kings College*, de Londres, foi cancelado na sequência de uma vaga de críticas que se gerou por parte de organizações de Direitos Humanos, do parlamento inglês e de membros do próprio *Kings College*.

O programa do curso envolvia períodos de aulas de 6 semanas na Indonésia para 50 oficiais das forças armadas deste país, nos próximos 5 anos, a começar no Verão de 1997. O curso foi negociado pelo genro de Suharto, general Prabowo Subianto, comandante da unidade especial de combate KOPASSUS, em estreita colaboração com o Ministério da Defesa indonésio. O facto de todas as comunicações terem sido canalizadas através da embaixada britânica em Jacarta, releva o papel do governo britânico como patrocinador do programa em causa.

Dias depois de publicitadas as intenções do *Kings College*, muitos alunos da referida universidade expuseram as suas objecções a esta ligação à Indonésia, enquanto académicos do Reino Unido apelaram ao cancelamento do programa. Uma moção de protesto foi igualmente assinada por cerca de 50 parlamentares ingleses.

FILIPINAS: TIMOR PARA PRINCIPIANTES

A *Asia-Pacific Coalition for East Timor* (APCET), com sede em Manila, em conjunto com a organização filipina *Initiatives for International Dialogue* (IID), lançou no início de Abril um livro sobre Timor Leste denominado "*East Timor for Begginers*" ("Timor Leste para Principiantes"), o qual será o primeiro de uma série de obras que se vão centrar sobre as lutas de povos pertencentes ao que genericamente se denomina Sul.

Este primeiro livro conta com um prefácio do co-laureado Prémio Nobel da Paz/96, José Ramos-Horta, e com a participação de um artista filipino que contribuiu com ilustrações claras e elucidativas para um texto escrito numa linguagem simples.

O livro em questão está vocacionado, tanto para alunos universitários como para alunos de outros graus de ensino, dando particular destaque à situação que o território hoje vive, como é que ela surgiu, as formas de luta que os timorenses adoptaram e ainda o que está a ser feito pelos grupos de solidariedade espalhados pelo Mundo para ajudá-los a recuperar a sua cultura e o seu país.

PORTUGAL: "SOLIDÁRIA"

Foi recentemente criada em Leiria uma organização de solidariedade com o povo de Timor Leste. De nome "Solidária", esta associação juvenil tem por objectivos a promoção e protecção dos Direitos Humanos em Timor e o apoio à auto-determinação do povo timorense.

Formada maioritariamente por jovens oriundos dos países africanos de língua oficial portuguesa, a actividade da "Solidária" vai desenvolver-se, para além do território nacional, nos PALOP, países onde a causa timorense ainda se encontra insuficientemente divulgada.

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-2ºE, 1050 Lisboa, Tel.: 352 8718, Fax: 353 4009
E-mail: cdpm@gn.apc.org; URL: http://cygnus.ci.uc.pt/~cdpm/index.htm
IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS nº 112094 DEP. LEGAL: nº 25317